



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

RELATÓRIO ANUAL DA COMARCA DE VILA REAL

ANO JUDICIAL 2018

Generalidades:

A Nova Organização Judiciária aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário, doravante LOSJ) previu a divisão do território nacional em 23 comarcas, correspondendo a cada uma delas um Tribunal Judicial de Primeira Instância com o nome da respectiva comarca – art. 33.º da LOSJ.

A Comarca de Vila Real integra-se, juntamente com as Comarcas de Bragança, Braga e Viana do Castelo, na área de competência do Tribunal da Relação de Guimarães – art. 32.º e Anexo I, da LOSJ.

Após a alteração à LOSJ, operada pela Lei n.º 40-A/2016, de 22 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 86/2016, de 27 de Dezembro (arts. 5.º, 7.º e 8.º e Anexo I), que entraram em vigor no dia 1 de Janeiro de 2017, o **Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real** passou a integrar os seguintes Juízos:

Juízos de Competência Especializada:

1. Juízo Central Cível de Vila Real (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
2. Juízo Central Criminal de Vila Real (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
3. Juízo de Família e Menores de Vila Real (área de competência correspondente aos municípios de Mesão Frio, Mondim de Basto, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real);
4. Juízo do Trabalho de Vila Real (área de competência de toda a comarca de Vila Real);



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real

Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

5. Juízo de Execução de Chaves (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
6. Juízo Local Cível de Vila Real (área de competência dos municípios de Mondim de Basto, Murça, Sabrosa, e Vila Real);
7. Juízo Local Criminal de Vila Real (área de competência dos municípios de Mondim de Basto, Murça, Sabrosa, e Vila Real);
8. Juízo Local Cível de Chaves (área de competência dos municípios de Boticas e Chaves);
9. Juízo Local Criminal de Chaves (área de competência dos municípios de Boticas e Chaves).

Juízos de Competência Genérica:

1. Juízo de Competência Genérica de Alijó (área de competência do município de Alijó);
2. Juízo de Competência Genérica de Montalegre (área de competência do município de Montalegre);
3. Juízo de Competência Genérica de Peso da Régua (área de competência dos municípios de Mesão Frio e Peso da Régua);
4. Juízo de Competência Genérica de Valpaços (área de competência do município de Valpaços);
5. Juízo de Competência Genérica de Vila Pouca de Aguiar (área de competência dos municípios de Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar);

Juízos de proximidade:

1. Juízo de Proximidade de Boticas (área de competência do município de Boticas)
2. Juízo de Proximidade de Mesão Frio (área de competência do município de Mesão Frio)
3. Juízo de Proximidade de Mondim de Basto (área de competência do município de Mondim de Basto)
4. Juízo de Proximidade de Murça (área de competência do município de Murça)
5. Juízo de Proximidade de Sabrosa (área de competência do município de Sabrosa)

A Comarca de Vila Real ocupa um enorme território (os seus extremos, Montalegre/Alijó ou Montalegre/Régua, distam cerca de 140km um do outro), abrangendo os municípios de **Alijó** (11.933



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões

5000-626 Vila Real

Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

habitantes), **Boticas** (5.747 habitantes), **Chaves** (41.444 habitantes), **Mesão Frio** (4.423 habitantes), **Mondim de Basto** (7.496 habitantes), **Montalegre** (10.594 habitantes), **Murça** (5.954 habitantes), **Peso da Régua** (17.097 habitantes), **Santa Marta de Penaguião** (7.324 habitantes), **Sabrosa** (6.367 habitantes), **Ribeira de Pena** (6.543 habitantes), **Valpaços** (16.876 habitantes), **Vila Pouca de Aguiar** (13.167 habitantes) e **Vila Real** (52.219 habitantes), num total de **207.184 habitantes** (censos de 2011).

I – Análise sucinta da actividade desenvolvida por área de intervenção do MP, seguindo a orientação dos mapas aplicáveis, à luz das respectivas competências e obrigações legais e dos objectivos estratégicos e processuais estabelecidos para o ano, com a identificação das situações de desempenho e de obtenção de resultados especialmente relevantes, das iniciativas inovadoras e dos casos de manifesta insuficiência ou falta de qualidade da resposta:

No âmbito da Coordenação da Comarca de Vila Real, foram realizadas, entre outras, as seguintes reuniões:

1.º) Reunião no dia 27/06/2018, com as CPCJs dos municípios da área do Juízo de Família e Menores de Vila Real, em que se organizou a interlocução do Ministério Público com as CPCJ e a fiscalização da actividade processual das mesmas, entre outros assuntos.

2.º) Reunião no dia 11/07/2018, com os Magistrados do Ministério Público da Comarca de Vila Real para balanço da actividade do 1.º Semestre de 2018, ajustamentos quanto aos Turnos das Férias Judiciais de Verão de 2018 e definição dos Turnos de Sábados, segundas-feiras feriados e segundos dias feriados de Setembro a Dezembro de 2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real

Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

3.º) Reunião no dia 28 de Setembro de 2018, com os Magistrados do Ministério Público em exercício de funções na Comarca de Vila Real e a Direcção-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais - Direcção Regional do Norte e Equipa de Reinserção Social do Douro, para apresentação da Equipa de Reinserção Social do Douro, caracterização dos pedidos à DGRSP com origem na Comarca de Vila Real, abordagem da afectação dos recursos da DGRSP aos pedidos dos Tribunais, indicação dos pontos críticos da intervenção da DGRSP (suspensão provisória do processo e trabalho a favor da comunidade), respostas de reinserção social e prestação de esclarecimento quanto às possibilidades da vigilância electrónica.

4.º) Reunião no dia 21/11/2018, com os Magistrados do Ministério Público da Comarca de Vila Real para combinar a marcação de uma reunião com todos os OPCS e indicação por todos os Magistrados do Ministério Público de temas a discutir em tal reunião, apresentação de sugestões de marcação de reuniões com outras entidades, designadamente Autoridades de Saúde dos Municípios, APAV, consensualização de mecanismos de articulação entre os magistrados das várias fases processuais e entre magistrados das várias jurisdições, balanço da actividade do Ministério Público na Comarca durante o ano judicial de 2018, e escolha de turnos das férias judiciais de Natal.

5.º) Reunião no dia 23/11/2018, com os Magistrados do Ministério Público e Juízes de Direito em exercício de funções na Comarca de Vila Real e a Direcção-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais - Direcção Regional do Norte e Equipa de Reinserção Social do Douro, para apresentação abordagem apresentação das Equipas de Reinserção Social, caracterização sociodemográfica dos jovens em contacto com o sistema tutelar educativo da Comarca de Vila Real, assessoria pré-sentencial e o cumprimento de prazos, apresentação do Relatório Social Simplificado, Exequibilidade na aplicação de determinadas medidas (caracterização das dificuldades na sua consecução), articulação entre o sistema de



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões

5000-626 Vila Real

Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

promoção e protecção e o sistema tutelar educativo (análise das dificuldades existentes), aplicação de medidas de internamento e o instituto de supervisão intensiva.

6.º) Reunião no dia 13/12/2018, com os Magistrados do Ministério Público exercício de funções na Comarca de Vila Real, PJ, GNR, PSP, ASAE, SEF e Polícia Marítima, para abordagem do tema relativo à Organização da Investigação Criminal, Repartição de Competências de Investigação entre os Órgãos de Polícia Criminal (Competência reservada a Polícia Judiciária e competência da GNR, PSP, ASAE, SEF, PM, procedimentos a adoptar pelos OPC competentes para a investigação quando adquirem notícia do crime, procedimentos a adoptar pelos OPC não competentes para a investigação quando adquirem notícia do crime, Delegação Genérica da Competência para a investigação na GNR, PSP, ASAE, SEF e PM, Definição da estratégia da investigação entre Ministério Público e OPC, controle da evolução da investigação pelo Ministério Público – boas práticas), Procedimentos a observar na ocasião da aquisição da notícia do crime (em caso de detenção por crimes punidos com pena de prisão até 5 anos - pequena e média criminalidade -, em caso de notícia de crime por crime semi-público ou particular, em caso de notícia de crimes de furto qualificado e outros crimes públicos contra o património, em caso de notícia de crimes envolvendo subtracção de cartões de débito e de crédito e utilização em pontos ATM), realização urgente de perícias para efeitos de julgamento em processo sumário, nomeadamente e, casos de crimes de jogo ilícito, crimes contra a propriedade industrial, anti-económicos e contra a saúde pública e danos contra a natureza, procedimentos a observar já no âmbito da investigação criminal delegada nos OPCs (Inquéritos por crimes cujos autores são desconhecidos, Crimes punidos com pena de prisão até 5 anos - pequena e média criminalidade -, crimes semi-públicos, crimes semi-públicos conexos com crimes públicos, falta de pessoas convocadas para acto processual perante OPC, crimes de falsificação de documentos), procedimentos relativos a detidos, elaboração de autos de notícia/detenção, constituição de arguido, termo de identidade e residências quando o detido não se faz acompanhar de documento de



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

identificação, recusa na identificação no caso de um suspeito ter na sua posse os seus documentos identificativos, concurso de infracções entre crimes e contra-ordenações, ocorrências envolvendo suspeitos menores e maiores, preparação da participação em julgamento de elementos dos OPCs, Caducidade de Licença de Detenção de Arma no Domicílio - questão da aplicação do art. 99.º-A do RJAM -, Crimes cujo objecto de protecção sejam os animais: de companhia e outros (qualificação jurídica, procedimentos relativamente a comunicações, perícias e outros), Articulação entre Autoridades de Saúde, OPCs e Ministério Público, designadamente em casos de Internamento Compulsivo (Problema do horário de funcionamento do CHTMAD), Comunicação dos Mapas de Turnos Semanais dos Magistrados da área criminal (Vila Real, Chaves e Peso da Régua).

Foram realizadas várias outras reuniões informais com os Magistrados do Ministério Público e vários OPCs, sobretudo Polícia Judiciária e Guarda Nacional Republicana tendo em vista agilização da investigação e definição de estratégias de investigação entre os titulares de inquéritos e tais OPCs, com o apoio do Magistrado do Ministério Público Coordenador.

I.1 - Área cível

Compreende a actividade desenvolvida no Juízo Central Cível de Vila Real, nos Juízos Locais Cíveis de Chaves e de Vila Real, e nos Juízos de Competência Genérica de Alijó, Montalegre, Peso da Régua, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

No ano judicial de 2015/2016, foi acordado com a Segurança Social e IPSS's da área da comarca, que estas entidades enviariam ao MP a identificação e os elementos necessários à instauração de processos ou providências cíveis que se mostrassem necessárias para defesa dos interesses das pessoas idosas que se encontrassem sob tutela destas entidades.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Por outro lado, fruto de alteração legislativa operada no 4.º trimestre de 2017, a Segurança Social deixou de pagar prestações sociais a familiares de pessoas incapacitadas sem que estivesse decidida a representação judicial.

Aumentou, assim, exponencialmente o número de processos administrativos, com vista à recolha de elementos para propositura de acções de interdição e inabilitação.

Os processos administrativos pendentes destinam-se sobretudo à propositura de acções de interdição, de anulação de registo predial, de reivindicação de terrenos baldios ou de anulação de negócios jurídicos que tenham baldios como objecto, e de propositura ou contestação de acções de indemnização em representação do Estado.

O Ministério Público continuou a ter intervenção relevante acções em representação do Estado Português (Autoridade Tributária, Ministério da Administração Interna-GNR/PSP) bem como em representação dos interesses colectivos de comunidades locais, assumindo a competência própria conferida pelo art.º 16.º da Lei n.º 85/95, de 31 de agosto.

É de registar, ainda, uma elevada pendência de acções de insolvência no Juízo Local Cível de Vila Real.

Mapas – área cível.

CV.1 – Acções cíveis (declarativas e especiais) com intervenção principal do Ministério Público.

O MP propôs **392** acções declarativas e especiais com intervenção principal do Ministério Público, contestou **6**, que somadas às **188** acções pendentes, vindas do exercício anterior perfazem **586** acções movimentadas. Destas, findaram **237**, sendo **216** procedentes e **21** improcedentes. Transitaram, assim, para o ano seguinte **349**.

O maior número de acções propostas é de interdições, seguidas de inabilitações e outras.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

CV.3 – Valores das acções do contencioso patrimonial do Estado instauradas e contestadas pelo MP

O Valor das acções do contencioso patrimonial do Estado instauradas pelo Ministério Público atingiu **€ 609.471,79**.

CV.4 – Recursos

Não foi interposto, pelo Ministério Público, mas foi respondido 1 (um) recurso.

I.2 - Área criminal

Compreende a actividade desenvolvida nas Procuradorias dos Juízos Locais Criminais de Vila Real e de Chaves e dos Juízos de Competência Genérica de Alijó, Montalegre, Peso da Régua, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar.

Na comarca de Vila Real, não foi, ainda, criado DIAP – Departamento de Investigação e Acção Penal.

Assim, a coordenação da área de inquéritos continua a ser feita pelo magistrado do Ministério Público coordenador, embora a imediata direcção hierárquica dos Procuradores-adjuntos que tramitam inquéritos esteja dividida por dois Procuradores da República em exercício de funções no Juízo Central Criminal de Vila Real, assegurando um deles, a direcção hierárquica da Área Norte da comarca (Chaves, Montalegre, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar) e o outro a Área Sul (Alijó, Peso da Régua e Vila Real).

Ora, o número de processos de inquérito entrados anualmente, há vários anos (mais de 7000 em 2017 e 6589 em 2018), tem ultrapassado largamente os 5000 previstos na lei (art. 71.º, n.s 1 e 2 do Estatuto do Ministério Público e art. 152.º da Lei de Organização do Sistema Judiciário), pelo que se impõe que se crie brevemente um DIAP na Comarca de Vila Real.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

E nem é preciso comparar com outras comarcas em situação semelhante que já têm DIAP criado, como é o caso das comarcas de Viana do Castelo, Madeira e Évora, cujos números de processos de inquérito entrados anualmente é próximo do número total de inquéritos entrados na Comarca de Vila Real.

Seja como for, impunha-se que, pelo menos, fosse colocado um Procurador da República para poder ser nomeado Coordenador Sectorial da área criminal, abrangendo os inquéritos e a instrução.

Na Área Cível/Criminal/DIAP foram efectivamente colocados apenas 2 (dois) Procuradores da República, que asseguraram o serviço do Juízo Central Criminal de Vila Real, do Juízo Central Cível de Vila Real, e a imediata direcção hierárquica dos Procuradores-adjuntos que tramitam inquéritos em toda a comarca. No entanto, um dos Procuradores da República (Dr. Paulo Fernando Namora Teixeira de Moura) esteve ausente de baixa médica prolongada durante todo o ano judicial, tendo sido substituído por um Procurador da República do quadro complementar (Dr. Jorge Oliveira) que, no início do ano judicial também esteve doente, embora tivesse assegurado despacho de processos cíveis a partir de casa, e, em Maio de 2018 passou a assegurar parte do serviço do Juízo do Trabalho para recuperar atrasos. Pelo que o serviço do Juízo Central Cível teve de ser assegurado apenas pelo outro Procurador da República, Dr. Jorge Martins. Em Outubro de 2018, O Dr. Jorge Oliveira foi nomeado assessor de Sua Excelência Conselheira Procuradora-Geral da República, pelo que o serviço do Juízo Central Criminal e Juízo Central Cível foi apenas assegurado pelo Dr. Jorge Martins, até que foi colocado um Procurador-adjunto do quadro complementar, Dr. Ricardo Tomás, que passou a assumir parte do serviço do Juízo Central Criminal.

Nessa altura, o Magistrado do Ministério Público Coordenador passou também a assumir a imediata direcção hierárquica relativamente aos magistrados que tramitavam inquéritos da Área Sul da Comarca de Vila Real.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Ora, se fosse colocado um terceiro Procurador da Republica nesta área, um deles poderia assegurar em exclusividade a coordenação dos Procuradores-adjuntos que tramitam inquéritos e a fase de instrução criminal, e assumir a direcção de inquéritos com investigações mais complexas, evitando que estes fossem enviados para a Secção Distrital do DIAP da Comarca do Porto como tem sucedido.

Mapas – área criminal.

Fase de inquérito

CRIM. 1 – Inquérito

No período entre 01-01-2018 e 31-12-2018, nesta comarca de Vila Real **deram entrada 6589** processos de inquérito, que, somados aos **2965** vindos do ano anterior, perfazem **9554**, **processos movimentados**, ou seja, verificou-se uma diminuição de entradas de **609** inquéritos em relação aos **7198** entrados no ano judicial de 2017 (menos 8,46%).

Findaram **7.022**, tendo sido arquivados **5.156**, e foram deduzidas **823** acusações (**11,72%**), obtendo-se uma taxa de resolução de **106,58**.

Os processos de inquérito entrados sem agente conhecido ascenderam a 2.905, ou seja, 44,01%, dos entrados.

Na comarca foram deduzidas **63** acusações para julgamento em tribunal colectivo, o que corresponde uma percentagem de 7,65%, das acusações deduzidas, **680** acusações para julgamento em tribunal singular, a que corresponde uma percentagem de 82,62% das acusações deduzidas.

Ministério Público fez uso do disposto no artigo 16º, n.º 3, do C.P.P. em **129** processos, foram apresentados para julgamento em processo sumário **103** processos, deduziu **27** acusações em processo abreviado e **53** acusações em processo sumaríssimo.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Arquivou **1** processo nos termos do artigo 280º do C.P.P, e suspendeu provisoriamente, **478** inquéritos e processos sumários.

Transitam para o próximo ano judicial **2.532** processos de inquérito.

CRIM. 3 – Medidas de coacção privativas da liberdade aplicadas em inquérito.

Na fase de inquérito foi decretada a medida de prisão preventiva a **33** arguidos, a medida de obrigação de permanência na habitação com vigilância electrónica a **2**, e sem vigilância electrónica a **0**, num total de **35** arguidos a quem foram aplicadas medidas de coacção privativas de liberdade em inquérito.

CRIM. 4 – Fenómenos criminais.

Os fenómenos criminais mais representativos na comarca são os incêndios florestais, com **733** processos de inquérito instaurados, a violência conjugal ou equiparada, com **348**, a cibercriminalidade, com **173**, os crimes estradais, com **132**, os crimes fiscais, com **107**, de corrupção e afins, com **72**, o tráfico de estupefacientes, com **68**, os crimes sexuais contra menores (pedofilia), com **24**, os crimes contra idosos, com **17**, a criminalidade económico-financeira com **13**.

É de realçar o elevado número de inquéritos instaurados por incêndios florestais, violência conjugal e equiparada, cibercriminalidade, crimes estradais, crimes fiscais e corrupção e afins.

Verificou-se um aumento exponencial, relativamente ao ano judicial de 2017, da cibercriminalidade, dos crimes estradais e dos crimes de corrupção e afins.

O ainda elevado número de incêndios nesta comarca pode ter como explicação não só o facto de ter uma grande área de baldios, uma grande área do território florestada, tendo, no entanto havido uma diminuição relativamente ao ano judicial anterior, talvez por ter sido incrementada a limpeza das matas, bem como a vigilância contra incêndios.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Em relação ao fenómeno violência conjugal e equiparada, manteve-se a especialização nas Procuradorias dos Juízos Locais Criminais de Vila Real e de Chaves, atribuindo a totalidade dos inquéritos de violência doméstica, maus-tratos e contra a autodeterminação sexual, a um só Procurador-adjunto, em cada uma delas, sendo que, no ano Judicial de 2018 foi realizada uma acção de formação, em colaboração com a APAV na área da violência doméstica com os Procuradores-Adjuntos da comarca adstritos a esta área.

CRIM.6 – Resultado das suspensões provisórias do processo.

Como se disse o Ministério Público suspendeu provisoriamente **478** processos e findou um total de **516** suspensões provisórias.

Destas, findaram com a prolação de despacho de arquivamento, em processos de inquérito 257 suspensões provisórias e, na fase preliminar do processo sumário, 183, num total de **440**, com uma taxa de sucesso de **85,27%**. Nos casos de revogação da suspensão provisória do processo, findaram com a dedução de acusação 53 em processo de inquérito e 16 em processo sumário, num total de **69**, com uma taxa de insucesso de **13,37%**. Findaram 7 por outros motivos.

Fase de instrução

CRIM.9 – Instrução.

Na comarca de Vila Real e no período de 01-01-2018 a 31-12-2018, foi requerida a instrução em **152** processos, que somados aos **59** vindos do ano anterior perfazem o total de **211** processos movimentados.

Foi proferido despacho de pronúncia em **55** processos, de não pronúncia em **38** processos, findaram **26** por suspensão provisória, **29** por outros motivos, num total de **148**.

Transitam **58** para o período seguinte.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Fase de julgamento

CRIM.10 – Processo sumário

Durante o ano foram recebidos **414** autos de notícia, foram arquivados **147**, suspensos provisoriamente **164**. Foi requerido o julgamento em processo sumário em **103**, e remetidos para inquérito **12**.

Cumpriram-se, assim, os objectivos fixados para o uso do processo sumário.

CRIM.11 – Processos penais na fase de julgamento.

Entraram **891** processos para julgamento que, somados aos **488** vindos do ano anterior, dão um total de **1379** processos movimentados.

Findaram em fase de julgamento **990** processos, sendo **679** por julgamento onde foi proferida decisão condenatória, **88** por julgamento onde foi proferida decisão absolutória, num total de **767** processos efectivamente julgados, e findaram por outros motivos **223**.

Em termos percentuais corresponde uma percentagem de procedência da acusação de **88,53%**, e uma percentagem de improcedência de **11,47%**, no que diz respeito à totalidade dos processos efectivamente julgados.

Fase de Recurso

CRIM.12 – Recursos.

O Ministério Público interpôs **14** recursos e respondeu a **122**. O maior número de recursos respondidos é do Juízo Local Criminal de Chaves seguido do Juízo Central Criminal de Vila Real.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Constata-se um reduzido número de recursos no Juízo Local Criminal de Vila Real (1) e nenhum recurso interposto ou respondido no Juízo de Competência Genérica de Vila Pouca de Aguiar.

Impõe-se maior controle das decisões judiciais por parte do Ministério Público, aspecto que continuará a ser tido em conta no ano judicial de 2019.

Recuperação de Activos

CRIM.13 – Recuperação de activos.

Na comarca não houve processo de inquérito onde que tivesse sido pedida a intervenção do Gabinete de Recuperação de Activos, aspecto que importa corrigir no ano judicial de 2019,

CRIM.14 – Gabinete de administração de bens – GAB.

Não foi requerida a intervenção do GAB.

CRIM.15 – Recuperação de activos (tipos legais de crime).

Nada a assinalar.

Processos não penais

CRIM.19 – Processos não penais (transgressões/contravenções e internamentos compulsivos).

Os números constantes deste mapa dizem respeito a processos de internamento compulsivo. Vinham do exercício anterior **52**, deram entrada **102**, findaram **130** e transitam para o ano seguinte **24**.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Recursos de impugnação judicial

CRIM.20 – Recurso de impugnação judicial em processo de contraordenação.

Foram apresentados em juízo **97** recursos e findaram **86**. Destes, **3** foram rejeitados, **18** foram decididos por despacho e **65** por sentença. Não obtiveram provimento **31**, foram parcialmente providos **8**, e obtiveram provimento **44**.

I.3 - Área de Família e Menores

Compreende a actividade desenvolvida no Juízo de Família e Menores de Vila Real, com competência nos Municípios de Mesão Frio, Mondim de Basto, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real, e os Juízos de Competência Genérica de Alijó, Montalegre, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar (que compreende os municípios de Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena) e o Juízo Local Cível e Juízo Local Criminal de Chaves (com competência nos municípios de Chaves e Boticas), que têm também competência em matéria de família e menores.

O quadro de magistrados do Juízo de Família e Menores de Vila Real é de 1 juiz e de 1 Procurador da República, o qual esteve provido no ano judicial de 2018.

A comarca tem, assim, especialização na jurisdição de família e menores, apenas, em pouco mais de metade dos municípios que a compõem.

Justificava-se a criação e instalação de um outro Juízo de Família e Menores em Chaves, com competência para a área dos municípios que não tem jurisdição especializada de família e menores.

Foi o seguinte o trabalho desenvolvido pelo Ministério Público nesta área:

Procedimentos tutelares cíveis:



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

FM.1 – Procedimentos do MP previstos no DL 272/2001 – Família e Menores.

FM.2 – Acordos de regulação do exercício das responsabilidades parentais em acção de separação de pessoas e bens, de divórcio por mútuo consentimento. Pareceres do Ministério Público. Art.º 14º do DL 272/2001.

FM.3 – Acções tutelares cíveis e incidentes.

FM.4 – Averiguações oficiosas de paternidade e maternidade

Os mapas FM.1, FM.2, FM.3 e FM.4, formam um primeiro sub-grupo da área de família e menores e referem-se aos procedimentos tutelares cíveis.

Neste capítulo, entraram **20** procedimentos previstos no DL 272/2001, de 13-10, sendo **0** para suprimimento de consentimento, e **20** para autorização para a prática de actos.

Findaram **20**, 18 dos quais procedentes e 2 improcedentes.

Transitam para o próximo ano 9 pedidos, (9 vinham do ano anterior).

O MP emitiu **219** pareceres em acordos de regulação do exercício das responsabilidades parentais em acção de separação de pessoas e bens e de divórcio por mútuo consentimento, nos termos do art.º 14º do DL 272/2001, de 13.10, sendo 209 de concordância e 10 de não concordância.

O maior volume processual diz respeito a acções tutelares cíveis e incidentes, e, dentro destas, sobressaem as acções de regulação do exercício das responsabilidades parentais (223 movimentadas), a sua alteração (73 movimentadas) e os incidentes de incumprimento (262 movimentados).

As averiguações oficiosas de paternidade (20 movimentadas) e as execuções de alimentos (14 movimentadas) seguem-se, como tipo de processo mais frequente.

Por regra terminam com o termo de perfilhação, depois de realizados os exames hematológicos.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Quer nos procedimentos do MP previstos no DL 272/2001, de 13.10, quer nos pareceres emitidos, nos acordos de regulação do exercício das responsabilidades parentais em acção de separação de pessoas e bens, de divórcio por mútuo consentimento, quer nas acções tutelares cíveis e incidentes, o MP findou em regra maior número de processos do que aqueles que se iniciaram.

Processo de promoção e protecção

FM.5 – Processos de promoção e protecção

FM.6 – Procedimentos de urgência (art.ºs 91.º/92.º da LPCJP)

FM.7 – Interlocução das comissões de protecção das crianças e jovens

FM.8 – Visitas a instituições de acolhimento

Os processos de promoção e protecção – mapas FM.5, FM.6, FM.7 e FM.8 – formam um segundo sub-grupo da área de família e menores e dizem respeito a processos de promoção e protecção, a que se refere a 147/99, de 01 de Setembro, alterada e republicada pela lei 142/2015, de 08 de Setembro.

Na comarca foram instaurados **70** processos, todos a requerimento do MP, e foram arquivados sem aplicação de medida **21**.

Foram aplicadas **31** medidas de promoção e protecção, sendo **19** tomadas por acordo e **12** após debate judicial.

Foram requeridos pelo MP **8** procedimentos judiciais urgentes nos termos dos art.ºs 91.º e 92.º da LPCJP, sendo **6** confirmados como situações de perigo e **2** não confirmados.

O MP esteve presente em **9** reuniões das CPCJ na modalidade alargada; Verificou **5** processos respeitantes a maus tratos negligência grave e abusos sexuais.

Não requereu a abertura de processo judicial em **1** comunicações recebidas das CPCJ e recebeu **25** comunicação para instauração de procedimento tutelar cível.

Fez **7** visitas à Instituição de Acolhimento Florinhas da Neve em Vila Real.

Processo tutelar educativo



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

FM.9 – Inquéritos tutelares educativos

No período em análise, deram entrada **50** processos de inquérito tutelar educativo, que, somados aos **29** vindos do ano anterior, perfazem o total de **79**. Destes, **0** foram arquivados liminarmente nos termos do artigo 78º, **10** foram arquivados por inexistência do facto ou insuficiência indiciária, **25** por desnecessidade de medida tutelar, e **16** por outros motivos, perfazendo um total de **51** inquéritos arquivados.

Foram suspensos **6** inquéritos e foi requerida a abertura da fase judicial em **8** inquéritos, **8** com medidas não institucionais e **0** com medidas institucionais.

Foram remetidos ou incorporados **4** inquéritos perfazendo o total de inquéritos findos de **69**. Transitam para o período seguinte, **10** inquéritos, 5 dos quais todos há menos de **3** meses.

FM.11 – Factos qualificados como crime investigados em inquérito tutelar educativo

Os factos investigados nos inquéritos tutelares educativos na comarca que constituem crime, integram, por ordem decrescente, os crimes de ofensa à integridade física (**22**), furto simples (**11**), ameaças (**4**), gravação e fotografias ilícitas (**4**), Injúria (**2**).

Os crimes de ofensa à integridade física e furto constituem, assim o maior número de crimes cometidos e investigados nestes processos.

FM.12 – Inquéritos tutelares educativos. Detenção e medidas cautelares de guarda.

Nada a registar no ano judicial de 2017.

FM.13 – Inquéritos tutelares educativos. Resultado da fase jurisdicional.

Foi requerida a abertura da fase jurisdicional em **8** processos de inquérito tutelar educativo, tendo findado com aplicação de medida em **8**.

FM.14 – Visitas a Centros Educativos.

Não foi efectuada visita a qualquer Centro Educativo.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Recursos

FM.15 – Recursos.

O MP não interpôs recursos nesta área, mas respondeu a **4**.

I.4. - Área do trabalho

Compreende a actividade desenvolvida no Juízo do Trabalho de Vila Real, com competência em toda a comarca de Vila Real, num total de 14 Municípios.

Com a reforma do sistema judiciário, a então Secção do Trabalho da Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real (Juízo do Trabalho de Vila Real, a partir de 1 de Janeiro de 2017) estendeu a sua competência relativamente à competência do anterior Tribunal do Trabalho de Vila Real passando a abranger também os Municípios de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião, que antes da Reforma integravam o Círculo Judicial de Lamego.

O quadro de Magistrados do Juízo do Trabalho de Vila Real é de 2 juízes e 2 Procuradores da República. Porém, embora se mantenham há anos colocados dois juízes, durante o ano judicial de 2018 apenas esteve colocado um Procurador da República, com uma pequena ajuda a partir de Maio de 2018 por parte de outro Procurador da República, a tempo parcial (cfr. Ordem de Serviço n.º 7/2018.VRCoord de 14-05-2018) com as implicações negativas para a prestação funcional do Ministério Público que isso acarretou.

Em função do movimento existente, impõe-se que seja colocado um segundo Procurador da República, o que sucedeu no ano judicial de 2018, apenas durante pouco mais de 3 meses, pois tal movimento tem justificado, há já alguns anos, a efectiva afectação de dois magistrados judiciais.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

A capacidade de resposta do Ministério Público ao serviço que lhe está afecto continua a a causar danos sérios aos trabalhadores que procuram o Juízo do Trabalho de Vila Real.

Como consequência, as tentativas de conciliação em processos emergentes de acidente de trabalho estavam já a ser designadas com uma dilação de cerca de 3 meses.

Apesar do que se vem dizendo, a resposta do Ministério Público ao serviço que lhe está cometido – reflectida nos mapas anexos para os quais se remete – afigura-se a possível dentro das circunstâncias e revela grande empenho do único Procurador da República que ali exerce funções.

Porém, o adequado desempenho das correspondentes funções, por forma a ir de encontro às expectativas comunitárias, exige a afectação de 2 (dois) magistrados do Ministério Público a este Juízo do Trabalho.

Actividade desenvolvida na secção do trabalho:

TRAB.1 – Acções laborais

O Ministério Público instaurou **14** acções emergentes de contrato de trabalho, em patrocínio dos trabalhadores e contestou **3** acções da mesma espécie. Vindo 11 do ano anterior, movimentou **28** acções. Destas findaram durante o ano, 22 acções, todas procedentes. Transitaram para o ano seguinte 6.

Do ano anterior não vinham acções em que o Estado fosse parte, nem entrou no ano qualquer acção, não tendo transitado nenhuma para o ano seguinte.

A falta do segundo magistrado do Ministério Público no Juízo do Trabalho de Vila Real explica o ainda reduzido número de acções comuns em patrocínio dos trabalhadores.

TRAB.2 – Processos por acidente de trabalho



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Deram entrada durante o ano **329** processos de acidente de trabalho, sendo 13 mortais e 316 não mortais, que, somados aos 367 que transitaram do ano anterior, perfazem **696** processos de acidente de trabalho. Findaram **319** e ficaram pendentes para o ano seguinte 377.

TRAB.3 – Processos por acidente de trabalho. Fase conciliatória.

Na fase conciliatória do processo de acidente de trabalho findaram, durante o ano, **241** por conciliação, ou seja, 42,50% do total de **567** movimentados (251 vindos do ano anterior e 316 entrados), **72** por outros motivos ou seja, 12,70% do total de movimentados, e ficaram pendentes para o ano seguinte **254**, e destes, 132 aguardam a realização de perícia médica.

TRAB.4 – Processos por acidente de trabalho. Patrocínio do Ministério Público.

O Ministério Público patrocinou 13 trabalhadores sinistrados do trabalho propondo **13** acções emergentes de acidente de trabalho, mais 2 que no ano judicial de 2017.

Nesta área, ainda, interpôs e respondeu a **28** recursos, mais 14 que no ano judicial de 2017.

TRAB.5 – Actividade do Ministério Público conexa com Processos por acidente de trabalho.

O Ministério Público requereu **17** juntas médicas, **20** pedidos de revisão de incapacidades, actualizou **296** pensões e entregou **218** capitais de remição, números que superam em parte os do ano judicial de 2017.

TRAB.6 – Processos por doenças profissionais propostas pelo Ministério Público.

Não foram distribuídos nem pendiam processos emergentes de doença profissional na secção do trabalho da comarca.

TRAB.7 – Outras acções especiais com intervenção do Ministério Público.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Durante o ano deram entrada **5** acções especiais com intervenção do MP, que somadas às 3 vindas do ano anterior, perfazem o total de 8. Findaram 8 e transitaram para o ano seguinte 0.

O Ministério Público patrocinou trabalhadores em **1** procedimento cautelar (art.ºs 32º e ss. do C.P.T.) e teve intervenção em **4** acções de reconhecimento da existência de contrato de trabalho (Lei 63/2013, de 27.08).

TRAB.8 – Impugnações judiciais em processos de contra-ordenação.

O Ministério Público apresentou para julgamento **60** recursos de impugnação judicial em processos de contra-ordenação. Destes, somados aos pendentes, vindos do exercício anterior, findaram, 40, sendo, em 7 deles providos (confirmada a decisão da Autoridade Administrativa), 615arcialmente providos e 14 não providos.

TRAB.9 – Recursos.

O Ministério Público interpôs **34** recursos e respondeu a **7**. Destes foram julgados 17, tendo sido julgados 16 interpostos pelo Ministério Público e 1 respondido pelo Ministério Público, de que 12 daqueles (interpostos pelo Ministério Público) foram providos, 1 parcialmente provido e 3 não providos. O recurso respondido pelo Ministério Público foi provido.

I.5. – Área de Comércio.

A actividade do Ministério Público nesta área compreende o trabalho desenvolvido nos Juízos Locais Cíveis de Vila Real e de Chaves, nos Juízos de Competência Genérica de Alijó, Montalegre, Peso da Régua, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar.

Mapas – área de comércio

COM.1 – Movimento de Insolvências.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Entraram durante o ano **114** processos de insolvência. Vinham do ano anterior 275 processos com insolvência declarada e 36 em insolvência declarada. Foram assim, movimentados **425** processos.

Findaram, durante o ano com insolvência declarada **99** processos e **24** sem insolvência declarada, num total de **123**.

Transitam para o próximo ano 283 processos com insolvência declarada e 19 sem insolvência declarada, num total de 302.

COM.2 – Intervenções mais relevantes em processo de insolvência.

O Ministério Público reclamou créditos nos termos do art.º 128º, do art.º 146º e art.º 17-D do CIRE, em **0** processos em representação da Fazenda Nacional, em **0** em representação de outras entidades do Estado e em **0** por custas e coimas.

O Ministério Público participou em **42** assembleias de credores e emitiu **35** pareceres em qualificação da insolvência.

O Ministério Público não elaborou **nenhuma** impugnação da lista do artigo 129º do CIRE (créditos reconhecidos e não reconhecidos).

COM.3 – Valores dos créditos reclamados em Processo de Insolvência e Processo Especial de Revitalização.

O Ministério Público reclamou créditos nos termos do art.º 128º e art.º 146º e art.º 17º-D do CIRE, no valor global de **€ 701.938,82**, o que constitui uma enorme diminuição relativamente ao ano judicial de 2017.

COM.4 – Créditos rateados pelos credores



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Foi rateado a favor da Fazenda Nacional o valor de **€ 35.976,56**, o que representa uma enorme diminuição relativamente ao valor do ano judicial de 2017.

COM.5 – Movimento de Processos Especiais de Revitalização

Entraram neste período **7** Processos Especiais de Revitalização, que somados aos 27 vindos do exercício anterior, perfazem **34**. Destes findaram 15 e transitam, para o ano seguinte, 19.

COM.6 – Acções declarativas, providências cautelares e acções de verificação ulterior de créditos.

O Ministério Público instaurou **12** acções declarativas, providências cautelares e acções de verificação ulterior de créditos e contestou **2**.

COM.7 – Recursos.

O Ministério Público não interpôs qualquer recurso, mas respondeu a 2. Foi julgado 1 recurso interposto pelo Ministério Público que foi provido.

I.6. - Área de execução

Compreende a actividade desenvolvida em todos os Juízos da Comarca de Vila Real.

Mapas – área de execução

EXEC.1 – Execuções instauradas pelo Ministério Público.

O Ministério Público instaurou **178** execuções por custas/multas/coimas, execuções de sentença no Juízo do Trabalho de Vila Real e outras execuções, cujo valor ascendeu a **€ 475.917,93**.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

EXEC.2 – Reclamações de créditos – Ministério Público.

O Ministério Público reclamou créditos da Fazenda Nacional em **47** processos de execução.

EXEC.3 – Recursos

O Ministério Público interpôs 1 (um) recurso na área das execuções no Juízo do Trabalho de Vila Real.

*

I.7. - Área comum a todas as jurisdições.

MC.1 – Cartas rogatórias a cumprir pelo Ministério Público.

O Ministério Público, durante o ano, cumpriu **22** cartas rogatórias, todas da área penal, sobressaindo a Procuradoria do Juízo Local Criminal de Chaves com **6**, o que poderá ter explicação no facto de se tratar de um concelho fronteiriço e com muitos cidadãos a residir no estrangeiro, bem como o Juízo de Competência Genérica de Valpaços, com **5**, e o Juízo Local Criminal de Vila Real, com outras **5**.

MC.2 – Decisões hierárquicas específicas.

O Ministério Público, ao nível da coordenação, interveio ainda hierarquicamente, nos termos do artigo 278º, do C.P.P. em **37** processos, o que se traduziu num grande incremento das intervenções hierárquicas, relativamente ao ano judicial de 2017, designadamente as oficiosas.

MC.3 – Processos administrativos.

O Ministério Público instaurou **1** processo administrativo na área penal, **508** na área cível (mais 226 que no ano judicial de 2017), **351** na área da Gestão/organização, **156** na área de



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

família e menores (menos 78 que no ano judicial de 2017) e **53** na área do trabalho, e **38** na área do Comércio, num total de **1107**.

Destes, **1058** tiveram em vista a recolha de elementos para propositura ou contestação de acções, **32** o acompanhamento de outros processos, **17** para outros assuntos.

Vieram **665** do ano anterior, que, acrescidos dos **1107** instaurados no ano, dá um total de **1772** processos administrativos movimentados. Findaram **1213**, pelo que transitam para o ano seguinte **559**.

MC.4 – Atendimento ao público.

O Ministério Público efectuou 583 atendimentos de pessoas, o que representa um enorme incremento relativamente ao ano judicial anterior. O atendimento, na comarca, é assegurado pelos magistrados. Só excepcionalmente é feito por funcionários, e, neste caso, sempre sob a sua supervisão.

O maior número de atendimentos é, por ordem decrescente, das áreas do cível, trabalho, família e menores e penal.

Na Procuradoria do Juízo de Competência Genérica de Peso da Régua, para aliviar as dificuldades dos cidadãos em se deslocarem ao Juízo de Família e Menores de Vila Real, os Procuradores-Adjuntos ali colocados fazem o atendimento ao público na área de família e menores e transmitem-no depois à Procuradora da República no Juízo de Família e Menores de Vila Real.

*

II – Apresentação de forma sucinta de:

II.1. Situações não resolvidas de pendências processuais excessivas.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Não existem na comarca em geral situações de pendências processuais excessivas não resolvidas, à excepção da Procuradoria do Juízo do Trabalho por manifesta carência de um magistrado do Ministério Público.

Durante o ano, houve um aumento exponencial de atendimentos e processos administrativos na área cível e do trabalho.

Aumentou, assim, o número de processos administrativos, com vista à recolha de elementos para propositura de acções de interdição e inabilitação.

Verifica-se também que a percentagem de processos de inquérito pendentes há mais de oito meses em 31-12-2018, diminuiu relativamente ao ano anterior, situando-se agora em 29,50%.

Irá continuar a baixar-se essa percentagem, de forma a aproximá-la dos objectivos propostos, ou seja, próxima de 25% do total de pendentes.

A situação continua a ser monitorizada e estão a ser implementadas medidas adequadas a esse desiderato.

De igual modo está a ser monitorizada a área da família e menores com vista à conclusão mais rápida de processos pendentes sem procedimento e ao acompanhamento e interlocução das CPCJs.

II.2. Persistentes insuficiências ao nível dos meios humanos e dos instrumentos e condições físicas de trabalho:

II.2.1. – Magistrados do Ministério Público:

Nos termos do disposto no artigo 8º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de Março, e mapa V anexo a este Decreto-Lei (alterado pelo art. 14.º e Anexo I do Decreto-Lei n.º 86/2016, de 27 de Dezembro), o quadro de magistrados do Ministério Público é de **6 a 7**



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Procuradores da República e de **13 a 15** Procuradores-adjuntos, num total de **19 a 22** magistrados.

Assim, estiveram colocados:

Alijó: 1 Procurador-adjunto;

Chaves: 1 Procurador da República e 3 Procuradores-adjuntos;

Montalegre: 1 Procurador-adjunto;

Peso da Régua: 2 Procuradores-adjuntos;

Valpaços: 1 Procurador-adjunto (nenhum a partir de Setembro de 2018);

Vila Pouca de Aguiar: 1 Procurador-adjunto;

Vila Real: 4 Procuradores da República (3 Procuradores da República a partir de Outubro de 2018) e 5 Procuradores-adjuntos.

Dos 13 a 15 Procuradores-adjuntos previstos para a Comarca de Vila Real, estiveram colocados 14.

Entende-se, porém, que é necessário mais 1 Procurador-adjunto no Juízo Local Criminal de Chaves (tendo em conta que foi aberto o Juízo de Proximidade em Boticas, município integrado no Juízo Local Criminal de Chaves, onde se realizam julgamentos), e é necessário colocar mais 1 Procurador-adjunto em Vila Pouca de Aguiar.

Dos 6 a 7 Procuradores da República estiveram apenas colocados 5 (cinco), tendo sido apenas 4 a partir de Outubro de 2018: um dos Procuradores da República era do quadro complementar e no ano judicial anterior esteve colocado do Juízo do Trabalho, tendo passado para o Juízo Central Criminal e Juízo Central Cível, pelo facto de o Procurador ali colocado estar de baixa por doença desde 25 de Outubro de 2017. Em Outubro de 2018, passou a exercer funções como Assessor do Gabinete da Procuradora-Geral da República, cessando funções nesta comarca.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real

Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Dois (2) estiveram, por isso, colocados no Juízo Central Criminal e Juízo Central Cível de Vila Real (tendo passado a ser apenas 1 a partir de Outubro de 2018), um (1) no Juízo de Família e Menores de Vila Real, um (1) no juízo do Trabalho de Vila Real, e 1 no Juízo de Execução e Juízo Local Cível de Chaves.

Contudo, **do lado na magistratura judicial**, para a Comarca de Vila Real, prevê-se um quadro entre 21 e 24 Juízes, e, durante o ano judicial de 2018 estiveram colocados 24 juízes, sendo 2 como Juízes auxiliares.

Ou seja, enquanto no Ministério Público estiveram colocados magistrados correspondentes ao mínimo do quadro (19), tendo sido abaixo do quadro mínimo a partir de Setembro de 2018 (menos 1) e Outubro de 2018 (menos 2), **na magistratura judicial há mais 3 magistrados que o mínimo** do respectivo quadro tendo atingido o número **máximo**, o que tem repercussão no agendamento de actos a que o Ministério Público tem de estar presente e no despacho dos processos em que o Ministério Público promove, retirando tempo ao Ministério Público para a prática dos actos próprios desta magistratura.

É necessário dotar a comarca de, pelo menos, mais um (1) Procurador da República no Juízo do Trabalho de Vila Real onde é manifesto que a actividade do Ministério Público saiu prejudicada com a necessidade que houve de retirar de lá o Procurador da República do quadro complementar onde apenas deu alguma ajuda a partir de Maio de 2018 até Outubro de 2018.

Este Juízo do Trabalho conta com dois magistrados judiciais, face ao seu movimento, dado que, desde a reforma judiciária, ao serviço que competia ao antigo Tribunal do Trabalho de Vila Real, foi acrescentado o serviço da área dos Municípios de Peso da Régua, Mesão Frio e Santa Marta de Penaguião.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Assim, com apenas um (1) Magistrado do Ministério Público a capacidade de resposta está claramente limitada, apesar do esforço enorme que vem sendo desenvolvido pelo único Procurador da República ali colocado.

É imperioso que seja colocado um segundo Procurador da República naquele juízo, sem o que está posta em causa a resposta atempada por parte do Ministério Público numa área tão sensível como é esta.

Há ainda necessidade de ser colocado mais um (1) Procurador da República para assumir a área Cível (com exercício de funções hierárquicas também), Penal e exercício de funções de imediato superior hierárquico nos inquéritos.

Ora, no município de Vila Real os serviços Judiciais e do Ministério Público estão instalados em dois edifícios, distanciados cerca de 1000 metros.

Para uma cabal resposta, há necessidade de serem colocados em efectividade de funções nesta comarca, sete (7) Procuradores da República, assim distribuídos:

- Um (1), para o Juízo Central e Local Cível (onde exercem funções 4 Juízes),
- Dois (2), para o Juízo do Trabalho de Vila Real (onde exercem funções 2 juízes);
- Um (1), para o Juízo de Família e Menores de Vila Real (onde exerce funções 1 juiz);
- Dois (2), para o Juízo Central Criminal de Vila Real (onde exercem funções 3 juízes) e para exercício de funções de imediatos superiores hierárquicos dos procuradores-adjuntos que tramitam inquéritos;
- Um (1), para o Juízo de Execução e Juízo Local Cível de Chaves (onde exercem funções 4 Juízes).

E há necessidade de serem colocados pelo menos quinze (15) Procuradores-adjuntos:

- Um (1) no Juízo de Competência Genérica de Alijó (onde exerce funções 1 juiz);



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões

5000-626 Vila Real

Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

- Quatro (4) no Juízo Local Criminal de Chaves (onde exercem funções 2 juízes), abrangendo os inquéritos, onde há especialização de violência doméstica, e instrução criminal.
- Um (1) no Juízo de Competência Genérica de Montalegre (onde exerce funções 1 juiz);
- Dois (2) no Juízo de Competência Genérica de Peso da Régua (onde exerce funções 1 juiz);
- Um (1) no Juízo de Competência Genérica de Valpaços (onde exerce funções 1 juiz);
- Dois (2) no Juízo de Competência Genérica de Vila Pouca de Aguiar (onde exercem funções 2 juízes, estando um deles a tempo parcial);
- Quatro (4) no Juízo Local Criminal de Vila Real (onde exercem funções 2 juízes), e nos inquéritos, onde há especialização de violência doméstica, e instrução criminal.

II.2.2. Funcionários do Ministério Público:

A Portaria 161/2014 de 21 de Agosto, alterada pela Portaria n.º 93/2017, de 6 de Março, fixou o quadro de oficiais de justiça afectos ao serviço do Ministério Público para a comarca de Vila Real em 31, assim distribuídos:

Vila Real:

1 Técnico de justiça principal;

7 Técnicos de justiça adjuntos;

6 Técnicos de justiça auxiliares.

Alijó:

1 Técnico de justiça adjunto;



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

1 Técnico de justiça auxiliar.

Chaves:

4 Técnicos de justiça adjuntos;

3 Técnicos de justiça auxiliares.

Montalegre:

1 Técnico de justiça adjunto;

1 Técnico de justiça auxiliar.

Peso da Régua:

1 Técnico de justiça adjunto;

1 Técnico de justiça auxiliar.

Valpaços:

1 Técnico de justiça adjunto;

1 Técnico de justiça auxiliar.

Vila Pouca de Aguiar:

1 Técnico de justiça adjunto;

1 Técnico de justiça auxiliar.

O Quadro de Funcionários do Ministério Público está assim preenchido:

Alijó:

2 Técnicos de justiça auxiliares.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Chaves:

4 Técnicos de justiça adjuntos

1 Técnicos de justiça auxiliares (faltam dois, sendo que um está colocado transitoriamente no Juízo de Execução).

Montalegre:

1 Técnico de justiça adjunto;

Falta 1 Técnico de justiça auxiliar.

Peso da Régua:

1 Técnico de justiça adjunto;

1 Técnico de justiça auxiliar.

Valpaços:

2 Técnicos de justiça adjuntos;

Vila Pouca de Aguiar:

1 Técnico de justiça adjunto;

1 Técnico de justiça auxiliar.

Vila Real:

1 Técnico de Justiça Principal

6 Técnicos de justiça adjuntos;

5 Técnicos de justiça auxiliares.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Faltam, por isso, 1 oficial de justiça em Chaves, 2 em Vila Real, e 1 no Peso da Régua, num total de 4.

Por outro lado, o quadro de oficiais de justiça afectos ao serviço do Ministério Público na Procuradoria do Juízo de Competência Genérica de Peso da Régua deveria ser de 3 e não de apenas de 2.

Assim, **falta colocar ao serviço do Ministério Público mais 5 oficiais de justiça**, acrescidos de mais 4 para os juízos de proximidade de Boticas, Sabrosa, Murça e Mesão Frio, num total de 9.

II.2.3. – Instalações:

No município de Vila Real, os Juízos e respectivas Procuradorias estão instalados em dois edifícios: o Palácio da Justiça onde ficaram instalados os Juízos Central e Local Criminais e o Juízo de Família e Menores e respectivas Procuradorias, a Procuradoria da República da Comarca de Vila Real, o Conselho de Gestão e a Secretaria Judicial.

Os Juízos Central e Local Cível de Vila Real e Juízo do Trabalho de Vila Real, estão instalados, desde 1 de Abril de 2016 em edifício próprio, restaurado para o efeito, o qual dista cerca de 1 Km do Palácio da Justiça de Vila Real.

No ano judicial de 2017 iniciaram-se obras no Palácio da justiça de Vila Pouca de Aguiar, que já se encontram findas.

Para além deste Palácio da Justiça, continuam a ser necessárias obras, com muita urgência **nos Palácios da Justiça de Montalegre, Alijó e Peso da Régua**, pois encontram-se num avançado estado de degradação e de enorme falta de conforto para os magistrados e



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

funcionários que lá trabalham e para quem a eles se desloca, para participar em actos judiciais.

A situação continua a ser de tal modo grave em Alijó, Montalegre e Peso da Régua que tem merecido a oposição dos Senhores Advogados em permanecer em audiências de julgamento por não aguentarem o frio que se faz sentir nas salas durante o inverno e o enorme calor no Verão.

Verifica-se uma enorme carência de material consumível, designadamente papel, esferográficas, toners, dedeiras, agrafadores, entre outros.

Na Procuradoria do Juízo Local Criminal de Vila Real, e nas Procuradorias de Chaves e Valpaços, Alijó, há falta de digitalizadores, impressoras, que torna insustentável o exercício de funções para quem ali trabalha.

No inverno há falta de aquecimento adequado das instalações em todos os edifícios do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real e respectivas Procuradorias.

Há Palácios da Justiça que têm infiltrações de água, designadamente em Montalegre e Vila Real, em ambos os edifícios, e não dispõem de rampa de acesso a deficientes nas escadarias, como é o caso de Alijó.

Há gabinetes exíguos para magistrados do Ministério Público no Palácio da Justiça de Vila Real, que impedem o cabal exercício de funções, sobretudo quando se trata de proceder à inquirição ou interrogatório de pessoas.

Continua a não haver gabinetes adequados para acolher vítimas e muito menos vítimas especialmente vulneráveis.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Não há salas de reconhecimento de pessoas em nenhuma das instalações do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real (a sala destinada a esse efeito no Palácio da Justiça de Vila Real está ocupada pelo Técnico Informático e do outro lado serve de depósito de material).

Há instalações sem efectiva segurança, designadamente sistemas de alarme, detectores de metais e videovigilância.

A limpeza das instalações é deficitária.

II.3. Lacunas ou significativas insuficiências na disponibilidade de meios periciais ou de assessoria técnica:

A comarca não está dotada de assessores com formação específica em economia, psicologia ou assistência social, cujo apoio seria essencial para o Ministério Público. A assessoria na área de economia é essencial para apoiar o Ministério Público no âmbito das insolvências, sobretudo de sociedades comerciais, em que é necessária a análise da contabilidade do insolvente, bem como na criminalidade económico-financeira.

A assessoria na área da psicologia e da assistência social é indispensável em situações predominantemente de ordem psicológica ou social, que não implicam qualquer intervenção no âmbito da competência do Ministério Público, ou quando a intervenção do Ministério Público não resolve o problema de origem que lhe está subjacente.

Mais se refere ainda (Chaves e Peso da Régua) como causa de algum atraso na prolação de despacho final nos processos de inquérito a demora na realização dos exames periciais no Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária (sobretudo nos exames à letra) na IGAC (relativamente a fonogramas) ou por peritos indicados pelas marcas nos crimes de contrafacção, ou (Montalegre) a demora em alguns casos superior a 6/8 meses ou mais no envio dos relatórios de autópsia devido aos exames complementares efectuados no Instituto de Medicina Legal do Porto.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

II.4. Medidas adoptadas ou propostas respeitantes à organização e métodos de trabalho, nomeadamente de desburocratização, simplificação de procedimentos, utilização de tecnologias de informação e transparência do sistema de justiça;

O número de insolvências pendentes nos Juízos Locais Cíveis de Chaves e Vila Real e nos Juízos de Competência Genéricas dos restantes municípios impõe a criação de um Juízo de Comércio, para abarcar os processos de insolvência de toda a Comarca, o que já está previsto, mas implica a afectação de um Procurador da República a esse Juízo.

Na área de inquéritos está especializada a investigação dos crimes de violência doméstica, maus-tratos e contra a autodeterminação sexual, nos municípios de Vila Real e Chaves (municípios onde era possível fazer esta especialização).

No Juízo de Proximidade de Peso da Régua, para minorar as dificuldades dos cidadãos em se deslocarem ao Juízo de Família e Menores de Vila Real, os Procuradores-Adjuntos aí colocados fazem o atendimento ao público na área de família e menores e transmitem-no depois à Procuradora da República no Juízo de Família e Menores de Vila Real.

II.5. Iniciativas de construção de boas práticas;

Ao nível das boas práticas o Ministério Público propõe-se, à semelhança do que foi já dito em relatórios anteriores:

- a) Que o atendimento ao público seja feito por magistrados e as fichas inseridas no *citius*;



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real

Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

- b) Continuar a reunir com as CPCJs de toda a Comarca para melhorar a articulação com o Ministério Público, como já se começou a fazer este ano;
- c) Incrementar as reuniões com todos os OPCs, como se fez no ano de 2018, para melhorar a resposta na área da investigação criminal, família e menores, cível e internamentos compulsivos;
- d) Reunir com a Segurança Social a fim de ser dada resposta de cariz social a situações em que não se justifica o recurso a processos de acompanhamento ou em que estes por si só não respondem às necessidades do caso concreto, bem como para articular procedimentos com vista a concretizar as novas atribuições que lhe são deferidas pela Lei 141/2015, de 8 de Setembro.
- e) Incrementar as reuniões a APAV e NIAV para melhorar a investigação dos crimes de violência doméstica, maus-tratos e contra a autodeterminação sexual e uniformizar procedimentos, como já se fez este ano.

II.6. Avaliação da qualidade do serviço prestado aos cidadãos.

Na área cível não obstante os condicionalismos atrás referidos foi efectuado um enorme esforço pelos Magistrados do Ministério Público e pelos funcionários, para que os cidadãos fossem sempre devidamente informados, sendo atendidos pelo Magistrado do Ministério Público, sempre que necessário.

O Ministério Público empregou todos os esforços para que fosse dada resposta atempada às situações submetidas à sua alçada.

Na área criminal, pode considerar-se que os objectivos propostos pelo Ministério Público foram em grande parte alcançados, nomeadamente findando mais processos do que aqueles que se iniciaram, devendo continuar-se monitorizar os atrasos e os processos pendentes há mais de 8 meses, como acima se disse.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real

Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Na área de família e menores a resposta do Ministério Público foi também positiva, havendo, porém, de continuar a melhorar a interlocução com as CPCJ e que a instauração das providências seja mais rápida.

Tentou-se diminuir as desvantagens das distâncias entre as residências e o Juízo de Família e Menores de Vila Real, como já se disse, ouvindo as pessoas através do Ministério Público no Juízo de Competência Genérica de Peso da Régua.

Na área do trabalho, podendo também ser melhorada a prestação do Ministério Público, foi positiva, se atendermos à carência de um magistrado do Ministério Público.

Assim, classificamos a qualidade do serviço prestado ao cidadão como boa, podendo, porém, sempre ser melhorada.

III. – Síntese da avaliação do cumprimento dos objectivos fixados para o ano, propostas e recomendações que dela decorram.

Não obstante, algumas falhas e a constante falta de magistrados do Ministério Público por baixas médicas ou licenças de gravidez de risco ou de parentalidade, consideramos que os objectivos fixados foram quase totalmente cumpridos.

Na área cível, o Ministério Público assegurou a representação em todos os julgamentos e diligências designados, sem necessidade de pedir adiamentos, reclamou os créditos que lhe foram pedidos pela Autoridade Tributária nas insolvências, emitiu pareceres nestes processos quanto à sua natureza, instaurou algumas acções e contestou outras, nomeadamente 7 (2 instauradas e 5 contestadas) em que o Estado é parte.

Na área criminal os objectivos propostos pelo Ministério Público, embora não fossem cumpridos em plenitude, podem considerar-se alcançados.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Na área de família e menores, podendo, ainda, ser melhorada a prestação do Ministério Público, pode considerar-se positiva, também, e os objectivos alcançados.

Com efeito as situações que lhe foram reportadas e requeridas tiveram resposta do Ministério Público.

Importa porém, no próximo ano, estar ainda mais próximo e interagir ainda mais com as CPCJ e, sobretudo, que o Ministério Público esteja presente nas “reuniões das CPCJ – modalidade alargada”.

Na área do trabalho como já se disse também a resposta do Ministério Público foi positiva, embora possa ser melhorada, se for colocado um segundo magistrado nesta secção, como se referiu.

Na área de execução o MP instaurou as execuções por custas/multa/coima que devia instaurar, ou outras que lhe foram pedidas e reclamou os créditos nos processos de insolvência, que lhe foram solicitados.

O Ministério Público cumpriu as cartas rogatórias que lhe foram pedidas, atendeu os cidadãos que se apresentaram ao atendimento e instaurou processos administrativos necessários à recolha de elementos para propositura de acções ou procedimentos que lhe estão deferidos.

Assim, não sendo alcançados na totalidade, podem considerar-se alcançados os objectivos propostos e positiva a prestação do Ministério Público na comarca.

IV. – Proposta fundamentada de objectivos para o ano seguinte



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

No presente ano judicial, tendo em conta a colocação mínima de magistrados, apenas será possível manter os níveis de resposta do ano anterior, desde que não haja circunstâncias que levem a que o número de Magistrados do Ministério Público efectivamente em funções diminua.

Os objectivos da comarca, inserem-se, ainda, nos objectivos da PGR (objectivos para o triénio 2019-2021 e anuais para o ano judicial 2019) e da PGDP (Acta de reunião de 15.02.2019).

Pretende-se manter o nível de resposta do ano judicial anterior, nas várias jurisdições, melhorá-la na jurisdição do trabalho e família e menores, na área dos julgamentos criminais, e melhorar em geral a qualidade do trabalho prestado pelo MP, em todos os processos e em todas as fases do processo. Para o efeito foram já alertados os magistrados da comarca e tal objectivo consensualizado em reunião realizada para o efeito.

Particular atenção deverá ser dada à qualidade da intervenção do MP em julgamento, face visível para a comunidade, e, por isso, também em reunião, foram alertados os magistrados para a melhoria da qualidade das acusações, discutindo com o Procurador da República colocado no juízo central criminal os aspectos menos bons e que podem comprometer o êxito das acusações.

Continuamos a ter em conta que a morosidade da justiça é a falta mais apontada pela comunidade. Por isso, vamos continuar a dar prioridade no despacho aos processos pendentes há mais de oito meses, trazendo a percentagem destes processos para valor inferior a 25% dos pendentes, para além do que vem sendo feito já, como a promoção da aplicação dos institutos de simplificação processual.

Vai ser dada mais atenção e tentar requerer a intervenção do Gabinete de Recuperação de Activos em todos os processos em que se verifiquem os pressupostos legais.



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

O aumento do número de processos administrativos, com vista à recolha de elementos para propositura de acções de interdição e inabilitação foi reduzido entrando no ano de 2018 num ritmo normal.

Vai, ainda, ser dada particular atenção à área de família, crianças e jovens com vista à conclusão mais rápida de processos pendentes sem procedimento e melhorar a interlocução com as CPCJ's da comarca.

Na jurisdição do Trabalho, com a colocação de um magistrado do quadro complementar, é possível melhorar, fixando-se como principais objectivos, sobretudo reduzir o prazo de conclusão dos processos de acidente de trabalho na fase conciliatória e aumentar o número de acções emergentes de contrato de trabalho propostas pelo Ministério Público em patrocínio dos trabalhadores.

Fez-se uso da “ficha objectivos processuais/acções a desenvolver” anexa aos objectivos para o triénio judicial 2015-2018, como no ano anterior, para enunciar os objectivos e acções a desenvolver.

FICHA OBJETIVOS PROCESSUAIS/AÇÕES A DESENVOLVER

Órgão: Procuradoria da República da Comarca de Vila Real

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ANUAIS	OBJETIVOS PROCESSUAIS/ AÇÕES A DESENVOLVER
ÁREAS PRIORITÁRIAS	



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real

Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

A.i. Corrupção e criminalidade económico-financeira	<ul style="list-style-type: none">- concluir, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados.- continuar a reunir com a Polícia Judiciária de Vila Real e do Porto, para definir estratégias de investigação, e articular procedimentos nesta área de actuação, como já vem sendo feito.- tentar que seja proferida decisão de mérito num período inferior a oito meses ou que os processos pendentes além deste período não ultrapasse 25 % dos pendentes.
A.ii. Cibercrime e prova digital	<ul style="list-style-type: none">- findar, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados.- continuar a reunir com a Polícia Judiciária de Vila Real e do Porto, para definir estratégias de investigação, e articular procedimentos nesta área de actuação, como já vem sendo feito, designadamente em termos de celeridade na recolha inicial de prova digital;- tentar que seja proferida decisão de mérito num período inferior a oito meses ou que os processos pendentes além deste período não ultrapasse 25 % dos pendentes.- efectuar, pelo menos, uma acção de formação com o Gabinete do Cibercrime.
A.iii. Violência de Género	<ul style="list-style-type: none">- concluir um número de processos igual ao número de processos entrados.- tentar findar até 31.12.2019, os processos registados até



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL

MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real

Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

	<p>31.08.2018. (com excepção dos processos suspensos provisoriamente)</p> <ul style="list-style-type: none">- manter a especialização nas procuradorias dos juízos locais criminais de Vila Real e Chaves, atribuindo a totalidade dos inquéritos de violência doméstica, maus-tratos e contra a autodeterminação sexual, a um só Procurador-adjunto, em cada um dos juízos.- continuar a garantir a efectiva direcção destes inquéritos pelo Magistrado do Ministério Público e incrementar as medidas de resposta rápida no âmbito da protecção da vítima e da promoção das adequadas medidas de coacção para o arguido.- continuar a reunir com todos a PSP, GNR e com o Gabinete da APAV, em Vila Real, para articular procedimentos nesta área de actuação, incluindo a prevenção.- manter contacto permanente com estas entidades para resolução de questões mais urgentes.- promover a contínua articulação entre a jurisdição de família e menores, a investigação criminal e jurisdição criminal- <u>criar uma rede de violência doméstica que integre magistrados, agentes de autoridade e técnicos das IPSS's que prestam apoio às vítimas.</u>
B. Recuperação de activos	<p>- requerer a intervenção do GRA em todos os processos em que se verifiquem os pressupostos legais (sendo este um objectivo prioritário) e cumprir a Instrução n.º 1/2013, de 30.07.2013 – PGR.</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real

Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

	<ul style="list-style-type: none">- Incrementar os pedidos de perda de vantagens e de perda alargada.
<p style="text-align: center;">C. Direitos das Crianças e Jovens, em Especial a Abordagem à Delinquência Juvenil</p>	<ul style="list-style-type: none">- Promover mecanismos de articulação entre as Escolas, CPCJs, OPCs e Ministério Público para potenciar a detecção de fenómenos de delinquência juvenil, incrementar a resposta, articulando procedimentos entre as várias entidades envolvidas e os Magistrados do Ministério Público nas áreas de Jurisdição respectivas: família e menores e investigação criminal.- manter um serviço de atendimento a efectuar pela Procuradora da Republica colocada no Juízo de Família e Menores com sede em Vila Real (com competência nos municípios de Vila Real, Sabrosa, Mondim de Basto, Murça, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio), e pelos Procuradores-Adjuntos nas áreas dos juízos locais criminais e de competência genérica (Vila Pouca de Aguiar, com competência nos municípios de Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena, Valpaços, Montalegre, Chaves, com competência nos municípios de Chaves e Boticas e Alijó),- ainda, no Juízo de Competência Genérica de Peso da Régua (com competência na área dos municípios de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião) os Procuradores-Adjuntos asseguram o atendimento ao público na área de família e menores que depois enviam à Procuradora da Republica colocada na secção central de Família e Menores, com sede em Vila Real.- instaurar todas as acções e providências necessárias a acautelar direitos e interesses das crianças e jovens,



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real

Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

	<ul style="list-style-type: none">- findar, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados.- para além da actividade do MP de apreciação da legalidade e fiscalização da actividade processual das CPCJ, continuar a realizar reuniões com as CPCJ's da comarca de Vila Real, para articular procedimentos e boas práticas nesta área de actuação, o que já se iniciou no ano de 2018.- manter contacto permanente com estas entidades para resolução de questões urgentes.
D. Adultos Especialmente Vulneráveis	<ul style="list-style-type: none">- manter um serviço de atendimento a efectuar pelos Procuradores da República na área dos Juízos Centrais e Locais Cíveis de Vila Real e de Chaves, e pelos Procuradores-adjuntos nos juízos de competência genérica,- (ii) instaurar todas as acções e providências necessárias a acautelar direitos e interesses de pessoas idosas,- (iii) dar especial atenção ao procedimento de instauração de acções de acompanhamento, o âmbito do Regime do Menor Acompanhado, promovendo reuniões de formação e articulação.- (iv) findar, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados em que sejam vítimas pessoas idosas, pretende-se, ainda,- (v) Promover a Cooperação com a Segurança Social e IPSS's da área da comarca com vista à instauração de processos ou



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

	providências cíveis que se mostrem necessárias para defesa de interesses das pessoas idosas que se encontrem sob tutela destas entidades.
E. Interesses Difusos e Colectivos	<ul style="list-style-type: none">- instaurar todas as acções e providências necessárias a acautelar direitos e interesses difusos legalmente protegidos (como a saúde pública, o ambiente, o ordenamento do território, o urbanismo, qualidade de vida, património cultural, cláusulas contratuais gerais).- <u>realizar uma acção de formação com o Gabinete de Interesses Difusos.</u>
F. Articulação da intervenção do Ministério Público nas diferentes fases processuais e nas diversas jurisdições	<ul style="list-style-type: none">- promover reuniões entre Procuradores da República e Procuradores-Adjuntos que asseguram a representação do MP em julgamento e aqueles que asseguram apenas a investigação e deduzem acusação, bem como os que estão colocados nos juízos locais de competência genérica para melhoria da qualidade da acusação com vista a um bom desempenho do MP em julgamento e a procedência da acusação.- promover mecanismos de articulação entre os magistrados que exercem funções nas várias jurisdições, designadamente, criminal, família e menores, cível, trabalho e comércio, para dar resposta cabal e integrada a fenómenos que implicam simultaneamente todas essas jurisdições.

Vila Real, 12 de Março de 2019

O Magistrado do Ministério Público Coordenador



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Palácio da Justiça – Praça Luís de Camões
5000-626 Vila Real
Telef: 259309950 Fax: 259309989 Mail: vilareal.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Carlos José do Nascimento Teixeira